

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

ETNOCONHECIMENTO E O AGRONEGÓCIO: um estudo no território indígena Potiguara da Paraíba

ETHNOKNOWLEDGE AND AGRIBUSINESS: a study in the Potiguara indigenous territory of Paraíba

Thierry Padilha Freire Vieira¹
Jeovana Batista de Sousa Nunes²
Emanuel Luiz Pereira da Silva³

RESUMO

Este artigo, é fruto de uma pesquisa de Mestrado em fase exploratória intitulada, Proteção Social Ampliada, Etnoconhecimento e o Agronegócio: um estudo no território Potiguara da Paraíba, e tem por objetivo analisar a expropriação da Terra Potiguara pelo viés da (Des)Proteção Social ampliada, no litoral norte paraibano, partindo dos impactos e manifestações provocadas pela introdução do agronegócio. O Estudo, insere-se no campo do materialismo histórico-dialético, ancorado na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de natureza qualitativa. Ressalta-se que os dados preliminares da pesquisa apontam para o campo da desproteção social meio ao processo de expropriação que ocorre nas terras Potiguaras paraibanas e significa a redução da dimensão multidimensional do território, dos múltiplos tipos de práticas e relações, incidindo para o rompimento dos vínculos simbólicos e culturais, da corporeidade do lugar e dos ritos, configurando-se em etnogenocídio.

Palavras-chave: Povo Potiguara. Agronegócio. Proteção Social Ampliada.

ABSTRACT

This article is the result of a Master's degree research in the exploratory phase entitled, Expanded Social Protection, Ethnoknowledge and

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **E-mail:** thierry.freire@academico.ufpb.br

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). **E-mail:** jeovana.nunes@academico.ufpb.br

³ Coordenador e Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **E-mail:** emmanuel.silva@academico.ufpb.br

Agribusiness: a study in the Potiguara territory of Paraíba, and aims to analyze the expropriation of Potiguara Land through the lens of Social (De)Protection expanded, on the north coast of Paraíba, based on the impacts and demonstrations caused by the introduction of agribusiness. The Study falls within the field of applied social sciences, in the light of Marx's dialectical historical materialism, anchored in bibliographic, documentary and field research, of a qualitative nature. It is noteworthy that the preliminary research data point to the field of social lack of protection, a construct expanded with the market process of restructuring the production of Potiguara lands, which means the reduction of the multidimensional dimension of the territory, of the multiple types of practices and relationships, disruption of symbolic and cultural links, of the corporeality of the place and of the rites, resulting in ethnocide.

Keywords: Potiguara People. Agribusiness. Expanded Social Protectio.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o etnoconhecimento e a proteção social ampliada, requer antes de tudo, uma análise das sinuosidades, expropriação, dialética e influências do sistema capitalista nas estruturas estatais, para assim compreende-se o movimento de centralização do agronegócio no território Potiguara, seus rebatimentos nas políticas sociais e na natureza do lugar.

Com o gradativo avanço do projeto capitalista, ocorre o processo de modificação nas estruturas sociais das aldeias Potiguaras, o que acaba repercutindo no que Nunez (2022), destaca como etnogenocídio. Não se trata da morte em si, mas do apagamento das culturas, memórias e dos saberes ancestrais, algo que o genocídio vem elucidando no percurso de todo transcurso sócio-histórico de conformação do Estado brasileiro.

A proposta investigativa emerge da natureza do lugar Potiguara e da sua relação com (des)proteção social, o que nos leva a reflexão, da reconversão da produção, da reestruturação do trabalho e das modelações provocas na natureza étnicoterritorial, a partir de sua capacidade de introdução de novos moldes de produção e exploração da terra.

A análise territorial a partir da vertente histórica e política neste sentido, é condição necessária para apreensão do real, considerando as implicações dos processos materiais e imateriais sobre as ações sociais atuais e suas inflexões, refratadas nas formas de sociabilidades entre os espaços territoriais (Silva, 2016). Analisaremos as aldeias Potiguara de Estiva Velha e Três Rios, localizadas na Terra Indígena Potiguara e Terra Indígena de Mont-mor pelo viés da expropriação e da (Des)Proteção social ampliada, a partir dos impactos e manifestações

iminentes a inserção do agronegócio, forma de cultivo, que vem alterando as relações sociais, o modo de produção e a interação dos Potiguara com a natureza, o que nos levou algumas reflexões: O que o agronegócio tem provocado? A quem tem beneficiado?

Presumimos, que os objetivos de produção, acumulação e ampliação do sistema capitalista, não perpassa unicamente pelo domínio dos meios de produção ou de suas relações, por entendermos que para obter-se controle dos corpos, se faz necessário o controle ideológico, o que nos impulsiona a entender que todo processo de dominação pressupõe a expropriação em dimensões subjetivas e concretas.

Apresenta-se neste sentido, uma pesquisa no campo das ciências sociais aplicadas, que versa realizar análise comparada, utilizando como critérios para o estudo – aldeias Potiguara como maiores e menores indícios da reconversão da produção pela monocultura da cana de açúcar, investigação que prever a associação entre diferentes técnicas de pesquisa, estratégia eleita com a finalidade de superar os limites estabelecidos pela realidade social examinada.

O contexto é permeado de dialeticidade, correlações de forças e da conversão do sistema de proteção social em um campo de disputas de projetos antagonistas, na qual o capitalismo é naturalizado com predominância e hegemonia, como padrão econômico inerentemente espacial e indissociável da realidade. [...] “todas as outras realidades (economias de subsistência, economias de biodiversidade)” [...] (Escobar, 2005, p. 68), são subalternizadas e suprimidas pela compreensão do capitalismo como imaginário de vida social ideal.

Isto significa, que a política social, embora seja também fruto de lutas das classes historicamente expropriadas por melhores condições de vida, é condicionada a ferramenta deste miraculoso modo sociabilidade, como aporte de harmonização e manutenção do domínio sobre a sociedade.

Nos últimos anos, o modo de produção capitalista, tem avançado de forma feroz, o que pressupomos como ponto fulcral para o cenário etnogenocida Potiguara, por entender-se que este projeto vem produzindo desigualdade, genocídio, desregulamentação das Políticas sociais, expropriação, conflitos socioterritorial e ambiental, urdindo a desproteção social em nível ampliado, considerando sua ação no campo material e imaterial, como uma espécie de máquina de transformação e aniquilação das florestas e de ideias.

É sobre essa realidade, que a proposta investigativa é desenvolvida, apontando como questões centrais de pesquisa: Quais avanços e desafios circunscrevem para implementação da Proteção Social Ampliada no universo socioterritorial do Povo Potiguara diante da atual

conjuntura Política, social e econômica do nordeste brasileiro? O agronegócio germina a desproteção social? Qual relação do agronegócio com a expropriação? O avanço do capital financeiro no contexto da aldeia Potiguaras de Estiva Velha do Estado da Paraíba tem desencadeado impactos? O sistema capitalista tem cooptado os sujeitos, de que modo este processo se configura?

O estudo consiste, portanto, numa análise calcada no materialismo histórico-dialético sobre o Etnoconhecimento e o Agronegócio: um estudo no território indígena Potiguara da Paraíba. Para compreender esta realidade, teremos o território como eixo principal, pois é o lócus de materialização das políticas sociais, manifestação das demandas e dos fenômenos sociais nos diversos espaços socioculturais das Terras Potiguara.

No percurso da pesquisa, analisaremos de forma teórica-metodológica, a luz do ramo epistemológico qualitativo, a expropriação da Terra Potiguara pelo viés da (Des)Proteção Social ampliada, traçando e categorizando as políticas sociais no sistema de Proteção social e as atividades econômicas predominantes no território, identificando os compassos e descompassos que circulam as políticas sociais, avaliando o perfil socioeconômico das aldeias Potiguara de Estiva velha e Três rios, diante das inflexões provocadas pela ascensão do capital financeiro.

A partir da vivência como Potiguara, foi possível compreender e apreender o quanto o sistema capitalista tem provocado transformações etnocidas na relação da vida com os biomas e as ancestralidades. É no chão, no modo de consciência baseado no lugar, que se dá a escolha pelo território Potiguara como lócus de estudo. Isto significa, detalhar e entender no percurso da pesquisa os fenômenos culturais, sociais e econômicos que envolve a sociedade Indígena Potiguara e toda a influência exercida pelo capitalismo sobre a proteção social em sua superfície, compreendendo este processo como uma violenta usurpação, moldada no campo das normatividades jurídicas, dimensão de contradições e da busca pela defesa da vida.

Entende-se que a temática é uma discussão imprescindível para o Serviço Social, sendo pouca explorada por pesquisadores da área, dada as condições, que muitas vezes são adversas para realizar estudos e pesquisas dentro dos territórios indígenas. Desta forma, almejamos como resultado: a elaboração, fortalecimento de ações e políticas sociais, com base nas questões supracitadas, com a intenção de também, contribuir para o acúmulo teórico-conceitual das categorias: Proteção Social, Expropriação, Estado e Território, ante o processo de usurpação e violência legislada no território indígena Potiguara do litoral norte da Paraíba,

sobre o qual o capital vem avançando na forma do agronegócio.

2 AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E SUA RELAÇÃO COM OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS

O Nordeste, é a região com o segundo maior índice de População indígena do Brasil, de acordo Fundação Nacional dos Povos Indígenas (2023), com 528,8 mil indígenas, concentrando 31,22% de toda população étnica do país, o que representa a resistência, luta e interconexão dos Povos do nordeste com o lugar de pertença, marcado por genocídio e expropriação ao longo do processo histórico de conformação da região.

O Povo Potiguara da Paraíba, é uma das maiores populações indígenas do nordeste e do Brasil. O Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena – SIASI registra em 2024, um total de 17.645 Potiguaras, o que corresponde a: 5.668 residências e 6770 famílias, distribuídas sobre as áreas dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, ocupando as Terras de Jacaré de São Domingos, Potiguara e Mont-mor. Os dados supracitados, consideram exclusivamente, os indígenas residentes em aldeias, não contabilizam os introduzidos ao contexto urbano, processo elucidado pela ideia de civilização ocidental, o que significa uma supersubalternização e exclusão do direito à vida em seu sentido mais amplo – a separação do humano e a natureza, deixando de ser uma parte do todo unificada.

O território, é formado por um conjunto de 33 aldeias, juntas somam, 33.757 hectares, o que demonstra a magnitude do lugar, num sentido sociocultural heterogêneo e que envolve relações de poder e conflitos, se tratando de ser um reserva cercado pelos avanços da “civilização”, que por sinal, se estabelece sob o viés da dominação e da ideia de existência como pontua Krenak (2020) – de uma forma ideal e homogênea de exercer a humanidade. Aspecto que, desconsidera a natureza do lugar, o que nos leva ao campo de análise deste trabalho – o etnogenocídio, como resultado dos diversos processos históricos da humanidade, isto é, da ideia de bem viver/bem estar ligada restritamente ao campo econômico, pelo viés da expropriação e da supremacia de classe.

A ideia de sociabilidade humana compartilhada durante séculos, traz uma concepção de verdade que conduz escolhas e constroem as estruturas da humanidade, imbricada ao ideário da manutenção da vida, ao viés econômico, da expropriação, sobreposição e divisão das sociedades em classes. O mundo social ou mundos, a ciência em suas diversas epistemologias, sofrem duras inflexões do projeto ocidental de sociedade, ocupando-se na produção e

manutenção de mundo que limita e usurpa a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade (Krenak, 2020).

A autonomia relativa e a fragilização dos órgãos de proteção social, possibilitam a manipulação das Políticas sociais, como ferramentas do projeto societário em vigor, corroborando para o avanço do capital, na forma do agronegócio, fenômeno não benéfico, considerando o desencadeamento de uma estrutura socioeconômica bifurcada, processo que gera o aprofundamento das vulnerabilidades e desigualdades sociais, criando uma espécie como destaca, Singer (2021) – de novos “capitalistas”, o que não altera o regime burguês, contudo, promove a inserção das mazelas da Velha Política partidária brasileira no território Potiguara, restabelecendo suas oligarquias a vista da desproteção social, condição ideal para expropriação.

Não é usurpação exclusiva dos meios de produção ou das relações de produção, mas sobretudo – imaterial, o que nos permitir refletir a expropriação subjetivada, a partir da interconexão da exploração e dominação, na qual a dinâmica da administração capitalista, objetiva no campo da reprodução social – [...] “gerir uma ordem social, jurídica, política, ideológica e cultural que mantenha a exploração econômica [...]” (Souza Filho e Gurgel, 2016, p. 39).

Em 95% das aldeias Potiguaras, ocorre o processo de reconversão da produção, pelo viés econômico, o que tem impactos diretos na reestruturação do trabalho, ou seja, na forma de existir do homem com a natureza, indivíduo e comunidade. A reestruturação produtiva em si, está arraigada a lógica do capital da acumulação e expropriação, o que envolve a reformulação das configurações socioterritoriais, agora imbricada ao poder aquisitivo, tornando o ser humano, um ser individual, egoísta e oposto a terra, estabelecendo uma relação de poder entre os pares e de segregação com os biomas e o supranatural.

A globalização excessiva nos últimos anos, tem provocado a fragilidade do lugar, o reduzindo ou igualando-o ao local, o trabalho e as tradições, com reflexos agudos na compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. [...] “Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia [...]”. (Escobar, 2005 p.63)

No transcurso das décadas, o ideal eurocêntrico de bem viver, tem se alastrado por todo território Potiguara – ora pela força física, outrora por vieses ideo-políticos. O que se sabe, é

que ambas as formas, geram morte. Neste sentido, morte das culturas, memórias e espiritualidades. Ao instante em que ocorre a reestruturação da produção pelo cultivo da terra, simultaneamente limita a dinâmica social a valores econômicos.

Este movimento, nos últimos vinte anos no território Potiguara, tem se dilatado com a introdução do plantio de cana de açúcar, plasmado na perspectiva colonialista “desenvolvimento”, estabelecido pelo prisma do escravismo e da usurpação, normatizando e conduzindo a natureza do lugar a ditames mercadológicos. [...] “a retração do Estado, frente a política neoliberal e o modelo de agricultura voltado para o agronegócio e não para a propriedade familiar” [...] (Ribeiro, 2014, p. 105), torna-se ponto fulcral, da reconversão da produção no contexto Potiguara.

A idealização de civilização propagada na globalização e modernização do mundo, permite o agronegócio caminhar a longos passos, provocando a divisão social, por meio da expropriação e do monopólio da terra. O que permite ao capital, ocupar o lugar, central nas relações socioterritoriais. É um movimento engenhoso, que envolve a subordinação do Potiguara ao capital-dinheiro, exigindo transformações.

O significado, de humanidade expresso pelo Povo Potiguara, está intimamente conectado a ideia de proteção do que é natural e espiritual. No entanto o desenvolvimento ocidental, centralizado na economia, vem utilizando os corpos indígenas como ferramentas reprodutores do mais valor, criando subgrupos restritos, que exercem domínio sobre as comunidades, a natureza e a terra, em um sentido mercadológico, que perpassa pela expropriação e subalternização das relações entre indivíduo e comunidade, homem e natureza.

O projeto “civilizatório” do capital, atua na vertente de transformar o nativo em consumidor, perpassando pela a reestruturação da cadeia produtiva Potiguara, outrora balizada em uma relação não mercadológica, envolvendo a proteção e a manutenção do lugar. O processo de financeirização no campo das relações socioterritoriais, marginaliza a forma de subsistência, configurando um cenário etnocida, de precarização da vida e de emersão da desigualdade socioeconômica, aspectos estruturais de modelos societários centrados no sistema capitalista.

O desmonte e condução do sistema de proteção social aos preceitos do agronegócio, é condição essencial para concretização do domínio dos espaços, gerando um quadro de subalternização política e econômica na natureza local do lugar. De acordo com Palitot e Yogi (2022), o cenário atual da reconversão da produção, pelo viés da cana de açúcar no território

Potiguara, tem suas raízes na década 70, processo financiado pelo Estado sob a ideia de “desenvolvimento regional” capitalcentrica, revestida do preceito da modernização.

É um processo, que fomenta a introdução do capital financeiro do território, amparado por uma legislação sanguinária que dar bases legais e econômica para a instalação e exploração da agroindústria nas terras indígenas Potiguaras, produzindo a territorialização da cadeia produtiva da cana de açúcar na região, movimento de desterritorialização e expropriação material e imaterial da terra.

São estratégias de exploração traçadas e executadas pelo capital na reserva Potiguara, ancoradas em ações coercitivas e de subsunção das relações socioterritoriais ao viés mercadológico, pela reestruturação da cadeia de produção, apresentando a monocultura de cana de açúcar como a principal e única alternativa de subsistência.

A predominância canavieira na atualidade, é fruto de processos históricos de coerção e expropriação, urdido na desproteção social e no desmonte/cooptação dos órgãos protetivos, o eixo central para a engrenagem capitalista realizar a subsunção do lugar e dos corpos indígenas, num sentido de torna as mentes, capitalistas, rompendo com a barreira legal de proteção territorial pelo viés ideo-político, especialmente ideológico, criando bases para exploração socioeconômica capitalcentrica”, que vem conduzindo as relações socioterritoriais Potiguara em direção ao etnogenocídio.

A visão ocidental eurocêntrica de sociedade, anula os saberes e provoca a subsunção nos territórios, o deslocamento material e imaterial da natureza do lugar, do ser, dos conhecimentos, da cultura, economia, distorcendo o sentido da vida estabelecidos por locais de base não capitalista. Para os Povos Originários, [...] o universo inteiro é concebido como um ser vivente no qual não há uma separação estrita entre humanos e natureza, indivíduo e comunidade, comunidade e deuses” (Escobar, 2005, p. 66) – são concepções de mundo/lugar, que contrariam a lógica de bem viver pregada pelo movimento “colonialista”, da existência de um modo heterogêneo e ideal de ser e existir na terra.

Os parâmetros estabelecidos, pelas branquitudes europeia sobre a ancestralidade do lugar, é plasmada pelo prisma da dissociação do humano e natureza, indivíduo e comunidade, e comunidades e deuses. Em culturas capitalistas, a relação homem e natureza, indivíduo e comunidade, se dá sob a égide da dominação e exploração. São vislumbrados como esferas apostos, distribuídos em escalas hierárquicas, na qual as relações sociais não abarcam nada além de interesses individualizados e egoístas de uma humanidade obscurecida por esta ideia

maluca de sociabilidade idealizada no capital.

Sobre lógica da globalização e modernização, o sistema capitalista é legitimado e perpetuado, somos compelidos a aceitação de suas decisões, a servidão de uma humanidade, que nos termos de Krenak (2020) – que “pesamos ser ideal” para o existir, onde na verdade, a predação é basilar.

Compreendemos, que este jogo de correlações de força entre a modernidade da natureza capitalista e o lugar da natureza em sociedades/grupos étnicos não capitalistas, tem sido processos que culminam em diásporas, mudanças e conflitos socioterritoriais/socioambientais, promovidos pela introdução de práxis ocidentais e ruptura com a corporeidade do conhecimento ancestral/local. Neste campo de reflexões, Ailton Krenak em seu livro – Ideias para adiar o fim do mundo, elucida que a modernização:

[...] jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (Krenak, 2020, p. 14).

Analisando o território Potiguará, nos deparamos com esta ideia de mundo capitalcentrica, configurada no mais valor, que para se instaurar necessita da expropriação e subsunção do lugar, arrancando bruscamente as condições habituais de existência. Muitos são compelidos a condições de subalternidades, transformando-se em Boias-frias, outros em arrendadores ou proprietários de imensas porções de terras cobertas por cana de açúcar, formando um mar canavial, financiados por conjunto de empreendimentos açucareiros que circulam e usurpam o território a décadas. Estas transformações ocorrem por circunstâncias diversas propagadas pelo desenvolvimento regional, baseado em preceitos econômicos do modelo ocidental de sociedade.

A globalização do capital, vem rompendo com os conhecimentos locais, utiliza máquina pública, como instrumento de dominação e harmonização através da alienação, deixando como única alternativa, a reestruturação do trabalho, do estilo de vida dos indivíduos, limitando as relações sociais, ao viés da produção e reprodução da mais valia, contendo constructo arraigado a exploração das forças de trabalho, aspecto oriundo da expropriação dos territórios de vivências dos Povos do campo e das florestas.

O modelo de civilização eurocêntrico, que insistem em introduzir na natureza do lugar do ser indígena, é a reatualização daquele velho processo de “colonização”, na qual seu principal produto é o etnogenocídio, velado da pseudo harmonização e desenvolvimento. Cabe aqui trazer algumas reflexões – desenvolvimento para quem? Que ideia de desenvolvimento é esta, arraigada a diásporas, expropriação material e imaterial dos biomas e dos povos que neles habitam, guiada por interesses particularizado deste clube restrito, chamado capitalismo?

Esta ideia de “desenvolvimento”, impele a reconversão da produção e a reestruturação do trabalho. Segundo Ribeiro (2014), altera o campo, com a substituição das práticas de produção primárias, por novas formas de agricultura/monocultura. É um processo que tem se intensificado na última década no território Potiguara, com a introdução do agronegócio, tornando-se principal moldes de produção, provocando a reestruturação do trabalho e de suas raízes fincadas no etnohecimento, como também, a relação entre os Potiguara e a natureza, o Potiguara e a comunidade, culminando na dissociação do biofísico, humana e o supranatural.

Isto significa, a redução da dimensão multidimensional do território, dos múltiplos tipos de práticas e relações, do estabelecimento de vínculos simbólicos/culturais e das relações produtivas, plasmada em relações sociais baseadas no lugar, em sentido oposto das configurações capitalista de sociedade, estrutura balizada sob a separação dos mundos, da descontinuidade da interconexão entre a biofísica, o humano e supranatural, articulação que ocorre através dos símbolos, rituais e práticas, frutos da conexão do ser com o lugar e com natureza do lugar, em que práxis acontece por meio das interrelações (Escobar, 2005). A conjuntura atual do território, encontra-se em estágio de modelação do sistema da vida ética⁴ Potiguara, de alinhamento das condições objetivas e subjetivas da existência, a ordem mercadológica capitalcentrica, alterando as paisagens, os símbolos, a cultura, sobretudo o chão, envolvendo relações de poder, conflitos, o Estado, a proteção social, interesses da agroindústria álcool – açucareira e os Potiguara, relação densa, intensa e histórica, fundada na escravização e usurpação dos Povos Originários do Nordeste.

3 CONCLUSÃO

⁴ Modo de sociabilidade baseada numa relação não mercadológica, onde a natureza é o sagrado, a terra é mãe, os rios, a fauna e a flora são inerentemente partes constitutivas da vida. É uma forma de existir em harmonia com os biomas e tudo que advém da natureza, na qual o homem e as florestas se fundem, tornando-se um só ser.

Diante do processo de expropriação histórica, o Potiguara é compelido a reestruturação da produção e do trabalho, como meio de garantir a sobrevivência, mediante a um Estado, que reduz as Políticas sociais a ferramenta de reprodução das relações mercadológicas, portando a ideia de integração dos Povos das Florestas e do campo a “civilização”, o que nos leva a perceber o território sob constante ameaça.

A cadeia produtiva da cana de açúcar, é apresentada como alternativa concreta de sobrevivência no território. Devido ao processo excessivo de globalização e modernização do capital, a natureza do lugar, sofre profundas rupturas. A agricultura local, os biomas e relação do Potiguara com as florestas e as ancestralidades, vive momentos de duras transformações.

Todo este cenário, está imerso no desmonte das Políticas Públicas Sociais brasileiras e no engendramento da ideia capitalcentrica de mundo, legitimada por uma legislação sanguinária que torna o nativo escravo do capital, sem direitos e absorvidos como objeto da manufatura açucareira paraibana, num contexto que, simultaneamente o território é expropriado. Neste campo de subsunção, os empreendimentos açucareiros, tornam-se os principais interventores das relações socioterritoriais. Atuam como agências de fomentos financeiros, processo baseado na lógica do crédito, o que lhes permite privilégio antecipado e exclusivo sobre a produção.

A desproteção social, caminha simultaneamente com a reestruturação da produção e reconfigura a natureza étnicoterritorial Potiguara. O Capitalismo, se projeta no âmbito local com predominância e hegemonia, domínio dos espaços e supressão violenta de outras formas de existência, demonstrando que a territorialização do agronegócio, estrutura-se sob a separação do mundo material e imaterial.

A ideia de um modo de existir ideal e homogêneo, nos conduz análise deste processo a esfera do Etnogenocídio. Isto significa dizer que a redução da dimensão multidimensional do território, dos múltiplos tipos de práticas e relações, rompimento dos vínculos simbólicos e culturais, da corporeidade do lugar e dos ritos, reconfigura o território Potiguara, plasmado num sentido de sociabilidade capitalista, onde a práxis acontece sob os ditames do domínio, expropriação e da subsunção das interrelações cotidianas, na qual a conexão do ser com o lugar e natureza do lugar, são enquadradas as práticas do mercado, perspectiva que insere as relações socioterritoriais e socioambientais, em um contexto de aposição e hierarquização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Saúde Indígena, Distrito Sanitário Especial Indígena – Potiguará. **Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena**. Ministério da Saúde, Brasília, 2024.

Brasil. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: [Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas — Fundação Nacional dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 14 nov.2023

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Estado e democracia: **uma introdução ao estudo da política** / André Singer, Cicero Araújo e Leonardo Belinelli. -1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021

Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica / Rodrigo de Souza Filho, Claudio Gurgel. – São Paulo: Cortez, 2016. – (Coleção biblioteca básica de serviço social: v.7)

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo / Ailton Kernak** – 2ª ed. – São Paulo: Companhia de Letras, 2020.

NÚÑEZ, Geni D. L. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

PALITOT, Estêvão Martins; YOGI, Euriko dos Santos. Dormindo com o inimigo ou prosperando nas ruínas? Dilemas da plantation canavieira entre os potiguará da Paraíba. *In*: organização Marcelo Artur Rauber... [et al.]. **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

RIBEIRO, Jeovana Nunes. **O trabalho rural e a sazonalidade do café : um estudo sobre assalariados do município de Campo Belo – MG** / Jeovana Nunes Ribeiro. – Franca: [s.n.], 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. **Territorialidades e Proteção social: Conflitos Socioambientais Indígenas Vivenciados na Pesca Artesanal no litoral norte da Paraíba**. 229p. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.